CADASTRAMENTO RURAL GEORREFERENCIADO NA 4ª COMPANHIA INDEPENDENTE DE POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS

a implementação da patrulha rural como estratégia de segurança pública ao ambiente rural

Ighor Fernando de Menezes Rodrigues *

RESUMO: O presente artigo analisa a implementação do cadastramento rural georreferenciado como estratégia de policiamento ostensivo na zona rural da 4ª Companhia Independente de Polícia Militar do Estado do Tocantins (4ª CIPM), com foco na atuação da Patrulha Rural. O estudo parte da problemática relacionada à vulnerabilidade das áreas rurais a crimes patrimoniais e à escassez de policiamento especializado, questionando se o patrulhamento georreferenciado contribui para a prevenção da criminalidade. O objetivo geral foi investigar a eficácia da Patrulha Rural enquanto estratégia de segurança pública. A metodologia adotada foi quantitativa, de natureza descritiva, utilizando-se da aplicação de questionário a policiais militares, levantamento estatístico de delitos ocorridos entre 2022 e 2024 e análise documental. Os resultados demonstraram uma expressiva redução nos crimes contra o patrimônio e contra a vida nas áreas monitoradas, além de indicadores positivos nas atividades de visitas cidadãs e cadastramento de propriedades. Constatou-se, ainda, que a limitação do efetivo policial é um fator que compromete a continuidade e expansão da estratégia. Conclui-se que a Patrulha Rural, aliada à tecnologia georreferenciada, representa uma solução eficaz para o policiamento preventivo em ambientes rurais, sendo recomendável seu fortalecimento institucional, replicação em outras regiões e investimentos em pessoal, tecnologia e infraestrutura.

Palavras-chave: patrulha rural; policiamento ostensivo; georreferenciamento; segurança pública; zona rural.

DOI: https://doi.org/10.36776/ribsp.v7i19.240

Recebido em 13 de agosto de 2024.	Aprovado em 12 de dezembro de 2024

* Polícia Militar do Estado de Tocantins. CV lattes: http://lattes.cnpq.br/6295352971864487

GEOREFERENCED RURAL REGISTRY IN THE 4TH INDEPENDENT MILITARY POLICE COMPANY OF THE STATE OF TOCANTINS
the implementation of rural patrol as a public security strategy for the rural environment

ABSTRACT: This article analyzes the implementation of georeferenced rural registration as a strategy for visible policing in the rural area of the 4th Independent Military Police Company of the State of Tocantins (4th CIPM), focusing on the performance of the Rural Patrol. The study addresses the vulnerability of rural areas to property crimes and the lack of specialized policing, questioning whether georeferenced patrols help prevent crime. The general objective was to investigate the effectiveness of the Rural Patrol as a public security strategy. The methodology was quantitative and descriptive in nature, using a questionnaire applied to military police officers, statistical surveys of crimes committed between 2022 and 2024, and documentary analysis. The results showed a significant reduction in crimes against property and life in monitored areas, as well as positive indicators in citizen visits and rural property registration. It was also found that the limited number of police personnel compromises the continuity and expansion of the strategy. The study concludes that the Rural Patrol, combined with georeferencing technology, is an effective solution for preventive policing in rural environments and recommends institutional strengthening, replication in other regions, and investment in personnel, technology, and infrastructure.

Keywords: rural patrol; visible policing; georeferencing; public security; rural area.

1. INTRODUÇÃO

A cidade de Lagoa da Confusão é um importante centro econômico no Estado do Tocantins, onde está situada a 4ª Companhia Independente de Polícia Militar do Estado do Tocantins (4ª CIPM). A cidade, destaca-se pela sua economia voltada para o agronegócio, sendo a maior produtora de arroz irrigado do Estado, além de cultivar soja, feijão, milho e melancia. Com uma topografia plana e várzeas úmidas, o município possui uma boa capacidade de armazenamento de grãos, no inverno, permitindo a produção de sementes de soja de alta qualidade (Prefeitura de Lagoa da Confusão, 2015).

A cidade, conhecida por sua beleza natural e ecossistemas diversos, teve um crescimento demográfico significativo e desenvolve ações para garantir a segurança hídrica para a agricultura. A história do município começou em 1933, com a chegada das primeiras famílias, e se consolidou com a descoberta de jazidas de calcário e a emancipação política em 1991.

O cadastramento rural georreferenciado nas áreas que a 4ª CIPM é responsável representa uma importante inovação na segurança pública local. A implementação da Patrulha Rural visa oferecer maior proteção e suporte às áreas agrícolas, que muitas vezes são vulneráveis a crimes e atividades ilícitas devido à sua localização remota e consequente dificuldade de acesso.

Com o uso da tecnologia de georreferenciamento, os policiais militares podem mapear, monitorar e responder de forma mais eficiente às ocorrências nessas regiões, garantindo uma presença policial mais efetiva e constante. O cadastramento dos moradores e propriedades rurais fortalece a relação entre a comunidade e a polícia, promovendo a cooperação e a confiança mútua (Da Costa, 2016).

A problemática da pesquisa concentra-se na seguinte pergunta: A implementação de um sistema de patrulhamento georreferenciado pode aumentar a segurança e prevenir crimes nessas áreas vulneráveis?

Roubos e furtos são problemas sérios enfrentados pela população na zona rural, impactando negativamente a segurança e a estabilidade das comunidades. Devido à localização afastada e à falta de vigilância contínua, as propriedades rurais frequentemente se tornam alvos fáceis para criminosos, resultando em perdas financeiras significativas para os moradores.

O objetivo geral é investigar e analisar a implementação do cadastramento rural georreferenciado na área da 4ª CIPM, com foco na eficácia da Patrulha Rural como estratégia de segurança pública para o ambiente rural. E os objetivos específicos são: analisar o contexto histórico da patrulha rural na Polícia Militar do Estado do Tocantins (PMTO); discutir sobre a base legal para o policiamento ostensivo rural da PMTO; relatar sobre a história do policiamento ostensivo rural na 4ª CIPM nos anos e refletir sobre o emprego da patrulha rural na 4ª CIPM do Estado do Tocantins.

Para enfrentar esse desafio, a implementação de um sistema de patrulhamento georreferenciado surge como uma medida estratégica essencial. Esse sistema utiliza tecnologia efetiva para mapear e monitorar as propriedades rurais de forma precisa e a rede de compartilhamento entre os proprietários cadastrados faz com que isso aconteça em tempo real. Ao permitir uma resposta mais rápida às ocorrências e ao garantir uma presença policial mais visível, o patrulhamento georreferenciado não apenas dissuade ações criminosas, mas também fortalece a colaboração entre a comunidade rural e as autoridades. Isso não só promove um ambiente mais seguro para os moradores, mas também protege os recursos locais, contribuindo para o bem-estar geral da região.

A metodologia é uma pesquisa descritiva de cunho quantitativa. Os autores que embasam o artigo são: Araújo (2021); Brasil (2016; 2023); Da Costa (2016); Santos (2021) e entre outros autores.

Assim sendo, a estrutura do artigo está dividida em: introdução; histórico da Patrulha Rural na PMTO; zona rural: aspectos inerentes; base legal para o policiamento ostensivo rural da PMTO; a história da Patrulha do Campo na 4ª CIPM; o emprego da patrulha rural na 4ª CIPM do Estado do Tocantins; metodologia; resultados e discussões; questionário aplicado aos dois policiais militares da 4ª CIPM de Lagoa da Confusão; roubos e furtos no Estado do Tocantins; considerações finais.

2. HISTÓRICO DA PATRULHA RURAL NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS

A história da Patrulha Rural na PMTO é marcada por um compromisso contínuo com a proteção das comunidades rurais. Desde sua criação, essa especializada tem sido essencial para atender às necessidades específicas das áreas agrícolas e remotas do Estado. Inicialmente desenvolvida como uma extensão das operações urbanas, ela evoluiu para um modelo adaptado às particularidades do ambiente rural, utilizando estratégias de patrulhamento que consideram a vastidão geográfica e a dispersão das comunidades (Araújo, 2021).

Ao longo dos anos, a PMTO tem aprimorado suas técnicas, incorporando tecnologias como o georreferenciamento para melhorar a eficiência do trabalho das equipes. Isso não apenas permitiu respostas mais rápidas a incidentes, mas também fortaleceu a integração com as comunidades locais. A colaboração estreita com líderes comunitários e agricultores tem sido fundamental, promovendo confiança mútua e uma abordagem preventiva à segurança rural.

Além das responsabilidades habituais de patrulhamento e resposta a emergências, a Patrulha Rural desempenha um papel crucial na educação das comunidades sobre segurança no campo. Programas de treinamento capacitam os moradores a reconhecer e relatar atividades suspeitas, fortalecendo a segurança comunitária. Essa abordagem não só melhora a eficácia das operações policiais, mas também fortalece os laços entre a polícia e as comunidades rurais, essenciais para a segurança a longo prazo.

2.1 Zona Rural: aspectos inerentes

A zona rural é caracterizada por um ambiente com baixa densidade populacional e uma forte presença de atividades relacionadas à agricultura e à pecuária. Esses territórios oferecem um estilo de vida mais calmo e menos poluído em contraste com as áreas urbanas. A economia rural frequentemente gira em torno da produção de alimentos, como grãos, frutas e vegetais, bem como da criação de animais. A relação com a natureza e os ciclos sazonais é fundamental para a rotina e a economia das comunidades rurais (Roldão, 2018).

A vida no campo também é enriquecida por tradições e costumes locais. Eventos comunitários, como festas e feiras, são oportunidades para celebrar a conexão com a terra e os produtos da colheita. As comunidades rurais, devido à sua proximidade, promovem uma maior solidariedade e cooperação entre os habitantes, que trabalham juntos para enfrentar desafios comuns, como condições climáticas adversas ou dificuldades econômicas (Guimarães *et al*., 2024).

Contudo, as zonas rurais enfrentam desafios significativos, como o acesso limitado a serviços essenciais e infraestrutura. A distância dos centros urbanos pode tornar mais difícil o acesso a cuidados médicos, educação e transporte. Além disso, as pressões da modernização e da globalização exigem que os produtores rurais se adaptem a novas tecnologias e enfrentem a concorrência com produtos de grandes centros industriais. Equilibrar o desenvolvimento sustentável com a preservação das tradições e do meio ambiente é um desafio importante para o futuro das áreas rurais.

Nas áreas rurais, os crimes contra o patrimônio frequentemente envolvem a apropriação de itens como ferramentas agrícolas, equipamentos de maquinário e até mesmo animais. Os criminosos costumam explorar a falta de iluminação e a distância entre as propriedades para realizar os crimes sem serem facilmente percebidos. Muitas vezes, esses delitos são motivados pela necessidade de vender ou usar os itens furtados (Da Costa, 2016).

Além do impacto econômico, esses crimes geram uma sensação de insegurança entre os moradores rurais, que pode afetar negativamente sua qualidade de vida. A perda de bens essenciais pode prejudicar a produção e a subsistência, e a sensação de vulnerabilidade é intensa.

Para enfrentar esses problemas, muitas vezes é necessário o envolvimento da comunidade e a colaboração com as autoridades locais, que devem lidar com a limitação de recursos e a necessidade de monitorar áreas extensas. Medidas como a instalação de sistemas de vigilância e a criação de redes de apoio entre vizinhos podem ajudar a melhorar a segurança e a sensação de proteção na zona rural.

2.3 Base legal para o policiamento ostensivo rural da Polícia Militar do Estado do Tocantins

O policiamento ostensivo rural, implementado pela PMTO, tem como objetivo principal garantir a segurança pública nas áreas rurais. Ele é realizado por equipes especializadas chamadas de Patrulha Rural, compostas por pelo menos três policiais capacitados e equipados para prevenir e combater crimes

específicos desse ambiente. Essas equipes são essenciais para manter uma presença constante e próxima das comunidades rurais, utilizando equipamentos e armamentos adequados às suas necessidades (Brasil, 2023).

A coordenação de policiamento ostensivo rural, formada por representantes de cada Comando de Policiamento, será responsável pelo planejamento e coordenação das atividades operacionais. Cada Unidade Policial Militar (UPM) poderá estabelecer seu próprio policiamento ostensivo rural seguindo as diretrizes estabelecidas, após treinar seu efetivo através de cursos específicos. As Patrulhas Rurais operarão principalmente dentro das áreas sob responsabilidade de suas UPMs, podendo participar também de operações conjuntas planejadas ou apoiar outras unidades operacionais, mediante autorização dos Comandos Regionais competentes.

De acordo com Brasil (2023, p. 3) o artigo 7º, enfatiza que:

> I. realizar o Policiamento Ostensivo voltado às áreas rurais, conforme circunscrição de cada UPM integrante desta Corporação;
>
> II. realizar visitas preventivas e atendimentos preventivos pós-crimes rurais, registrando-as em formulário específico, via Sistema PMTO Mobile;
>
> III. realizar o cadastramento rural georreferenciado das propriedades e dos produtores existentes, insumos agrícolas, semoventes, veículos, máquinas e implementos agrícolas, por meio de módulo específico no Sistema PMTO Mobile;
>
> IV. apoiar os órgãos que atuem nas temáticas rural e ambiental realizando operações integradas;
>
> V. realizar bloqueios e barreiras em estradas vicinais, rodovias estaduais e federais, com o objetivo de prevenir e reprimir as ações criminosas na área rural;
>
> VI. atuar em ações e intervenções por meio de choque ligeiro em área rural;
>
> VII. atuar nas operações de reintegrações de posse no meio rural e apoio ao Oficial de Justiça e em consonância à Diretriz de Reintegração de Posse;
>
> VIII. gerenciar as Redes Comunitárias de Segurança Rural, em consonância com as normas da corporação;
>
> IX. realizar o mapeamento de possíveis rotas de fuga em ambiente rural, a serem utilizadas por quadrilhas especializadas em crimes nas modalidades de Novo Cangaço, Cangaço Noturno e Domínio de Cidades, além de executar ações de cerco e bloqueio previstas no Plano de Cerco e Bloqueio de suas respectivas UPMs;
>
> X. atuar em apoio às guarnições que executam o policiamento ostensivo urbano nas respectivas UPMs da PMTO, realizando o policiamento de recobrimento de áreas.

Assim sendo, as diretrizes estabelecidas para o policiamento ostensivo rural pela PMTO abrangem uma série de atividades específicas para garantir a segurança nas áreas rurais. Isso inclui desde a realização de patrulhas voltadas às circunscrições de cada UPM, até a execução de visitas preventivas e atendimentos pós-crime, com registro detalhado via sistema PMTO Mobile.

Além disso, a iniciativa envolve o cadastramento georreferenciado de propriedades e produtores, operações integradas com órgãos ligados ao meio rural e ambiental, e medidas de bloqueio em estradas para prevenir ações criminosas. A polícia também está preparada para lidar com situações como reintegrações de posse, mapeamento de rotas de fuga utilizadas por quadrilhas especializadas, e oferece apoio às guarnições urbanas para assegurar uma cobertura integral de segurança.

Outro documento importante é a Constituição Federal de 1988, que organiza o estado brasileiro, define os direitos e deveres dos cidadãos e estabelece o funcionamento dos poderes públicos. Ela é fundamental para garantir princípios como democracia, igualdade, justiça social e direitos fundamentais, sendo essencial para orientar a estrutura legal e institucional do país (Brasil, 2016). Além disso, a constituição serve como base para a estabilidade política e o desenvolvimento socioeconômico do Brasil, assegurando a segurança jurídica e a proteção dos direitos individuais e coletivos dos brasileiros.

Segundo Brasil (2016, p. 144) estabelece os princípios fundamentais da segurança pública no Brasil. Ele define que a segurança pública é um dever do Estado, ou seja, cabe ao Estado garantir a ordem pública e a segurança das pessoas e do patrimônio por meio de "I – polícia federal; II – polícia rodoviária federal; III – polícia ferroviária federal; IV – polícias civis; V – polícias militares e corpos de bombeiros militares". Como o foco é apenas a polícia militar, têm a função de assegurar a segurança pública, realizando patrulhamentos para evitar crimes e respondendo a emergências.

Eles garantem a ordem em eventos, fiscalizam o trânsito, e participam de operações especiais contra o crime. Além disso, promovem a conscientização sobre segurança tanto na área urbana quanto rural, colaboram com outras forças de segurança, ajudam em investigações e oferecem proteção a autoridades. Seu trabalho é essencial para manter a ordem e proteger a comunidade. (Konzen *et al.*, 2023).

De acordo com Brasil (2023, p. 6) frisa que o "art. 19. as viaturas da patrulha rural deverão ser, preferencialmente, camionetes ou camionetas, traçadas, com ou sem cubículo e equipamentos ostensivos necessários". A definição dos veículos da patrulha rural é essencial para assegurar a eficácia das operações em áreas rurais. Caminhonetes com tração e os equipamentos adequados permitem que os agentes se desloquem por terrenos difíceis e estradas não pavimentadas. Esses veículos, quando bem equipados, aumentam a segurança dos patrulheiros e permitem uma resposta rápida e eficiente em emergências.

O artigo 9º estabelece que, para um policial militar poder atuar na Patrulha Rural, ele deve ter concluído e ter sido aprovado no Curso de Policiamento Ostensivo Rural (CPOR), com uma carga horária total de 280 horas/aula. Esse curso pode ser feito na PMTO ou em outra instituição autorizada pelo Comandante-Geral. Esse requisito assegura que os policiais estejam adequadamente treinados para desempenhar suas funções com eficácia (Brasil, 2023).

A Diretriz nº 009/2021 estabelece que o policiamento preventivo deva adotar a abordagem da polícia comunitária. Isso envolve criar um ambiente propício para abordar questões de segurança na zona rural, incentivando a colaboração entre a polícia e os residentes. A estratégia inclui fornecer

orientações e esclarecimentos sobre o trabalho policial e a necessidade de alterar comportamentos e hábitos para adotar práticas que ajudem a prevenir crimes nas propriedades (Eich, 2024).

2.4 A história da patrulha do campo na 4ª Companhia Independente de Polícia Militar do Estado do Tocantins

A PMTO criou a Patrulha do Campo com o objetivo de levar segurança ao homem do campo. A 4ª CIPM foi uma das unidades a adotar esse policiamento específico para melhorar a segurança nas áreas rurais, realizando patrulhamento regular para prevenir crimes e proporcionar maior tranquilidade aos produtores rurais. Assim como a 4ª CIPM, outras unidades, como o 2º BPM, 3º BPM, 7º BPM, 9º BPM, 10º BPM, 3ª CIPM, 5ª CIPM, entre outras, também adotaram o mesmo modelo de policiamento (Santos, 2021).

Entre as principais atividades da Patrulha do Campo estão o policiamento comunitário, o cadastramento de propriedades rurais, a criação de canais de comunicação com os produtores, a realização de bloqueios em áreas rurais, o monitoramento de possíveis rotas de fuga e a realização de visitas preventivas. Essas ações têm contribuído para a diminuição da criminalidade, com um grande número de propriedades rurais já monitoradas (Santos, 2021).

Figura 1 – Veículo utilizado pela Patrulha do Campo

Fonte: Autoria própria (2024).

Figura 2 – Veículo atual utilizado pela Patrulha Rural

Fonte: Autoria própria (2024).

Desde que a Polícia Militar iniciou o patrulhamento do campo na cidade de Lagoa da Confusão, os índices de roubos na área rural diminuíram significativamente. O projeto implementado na área da 4ª CIPM, criado em 21 de março de 2017, cobre uma área de 50 km ao redor de Lagoa da Confusão e nas cidades vizinhas.

Esse tipo de patrulhamento realiza rondas regulares e estabelece rotas preventivas, utilizando informações fornecidas pelos agricultores e fazendeiros. O foco é prevenir assaltos e furtos, especialmente de defensivos agrícolas, que são frequentemente visados por quadrilhas. De acordo com o, na época, Capitão Sthefan Bravin Ponche, comandante da 4ª CIPM, o patrulhamento tem sido eficaz na redução dos roubos na região, uma iniciativa que surgiu a partir das necessidades expressas pelos moradores e produtores rurais. Desde o início do patrulhamento, não houve registros de furto ou roubo na área rural de Lagoa da Confusão (Tavares, 2017).

2.5 O emprego da Patrulha Rural na 4ª Companhia Independente de Polícia Militar do Estado do Tocantins

Após a conclusão do II Curso de Policiamento Ostensivo Rural (II CPOR), a Patrulha Rural foi estabelecida na 4ª CIPM, trazendo melhorias significativas para a segurança nas áreas rurais de Lagoa da Confusão e municípios vizinhos. A equipe, composta inicialmente pós a conclusão do curso pelos militares: 1º Sargento Irineu José da Costa; Soldado Joseni Sousa Machado; Soldado Micael Moreira de Jesus e o Soldado João Pereira, ganharam o reforço no policiamento da região após a chegada dos militares 1º Sargento Wiles Barbosa Batista (atualmente lotado em outra localidade) e o Soldado Ighor Fernando de Menezes Rodrigues, também concluintes do II CPOR.

Figura 2 – Equipe de Patrulha Rural juntamente com a Comandante da 4ª CIPM

Fonte: Autoria Própria (2024)

A equipe adotou uma abordagem especializada e se dedicou ao patrulhamento preventivo, repressivo e ao atendimento de ocorrências específicas da zona rural e a ações de educação e orientação para as comunidades do campo. Esses esforços resultaram em uma redução notável da criminalidade, maior confiança da comunidade rural e uma resolução mais eficiente das ocorrências em áreas remotas.

Figura 3 – Equipe de Patrulha Rural com os produtores rurais da região

Fonte: Autoria própria (2024).

Figura 4 – Equipe de Patrulha Rural com os produtores rurais da região

Fonte: Autoria própria (2024).

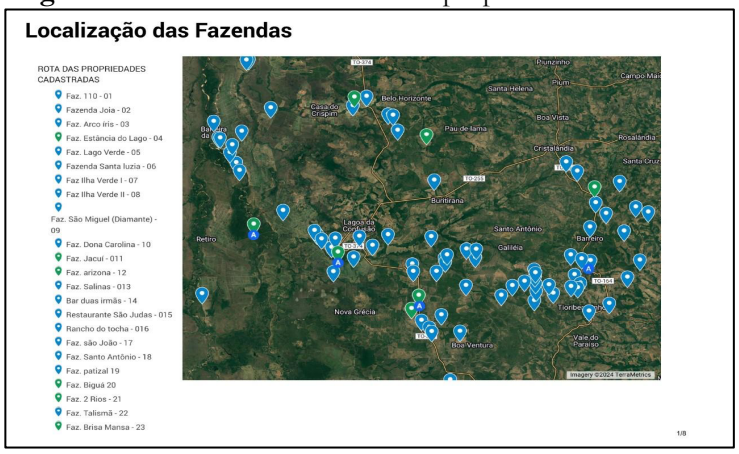
O policiamento em áreas rurais é uma operação sistemática e contínua realizada pela Polícia Militar, com foco no ambiente rural. Este trabalho é conduzido através de patrulhamentos regulares, utilizando veículos apropriados para a zona rural, com o objetivo de prevenir e combater delitos no campo. A patrulha é composta por uma unidade especializada, denominada Patrulha Rural, equipada com ferramentas e treinamento específico para executar essas funções, em conformidade com as diretrizes estabelecidas para essa atividade (Da Costa, 2016).

Figura 5 – Placa indicativa de propriedade monitorada pela Patrulha Rural

Fonte: Vicente *et al.* (2023).

O emprego da Patrulha Rural é fundamental para a prevenção de crimes e a promoção da sensação de segurança entre os residentes das zonas rurais. Este relacionamento é essencial para identificar e resolver questões antes que se transformem em problemas maiores, contribuindo para a construção de um ambiente mais seguro e colaborativo (De Oliveira *et al.*, 2022).

Figura 6 – Georreferenciamento das propriedades cadastradas



Fonte: Vicente *et al.* (2023).

Além das patrulhas regulares, a equipe de Patrulha Rural da 4ª CIPM participa de operações e atua em situações emergenciais, como desastres naturais e eventos que exigem uma resposta rápida. O treinamento especializado e a familiaridade com o território rural permitem que a equipe aja de forma eficiente, minimizando os impactos negativos e assegurando que a resposta às emergências seja a mais eficaz possível (Da Costa, 2016).

A atuação da Patrulha Rural foi de relevante destaque nacional durante a operação Canguçu, uma importante ação voltada para o combate ao crime organizado na região. Nesta operação, a equipe desempenhou um papel crucial, contribuindo com inteligência e planejamento, execução de ações, e integração com outras forças de segurança.

Além da operação Canguçu, a equipe da 4ª CIPM participou de outra operação importante, como a operação Cidade Blindada, que foi voltada para o combate ao crime organizado na capital do Estado. Essas operações destacam a eficácia da Patrulha Rural da 4ª CIPM na promoção da segurança, evidenciando sua competência e impacto significativo na manutenção da paz e segurança na região (Redação, 2024).

Os resultados das operações foram positivos: foram apreendidos materiais ilícitos, desmanteladas redes criminosas e fortalecida a cooperação entre diferentes unidades de segurança. Além disso, as operações tiveram um impacto favorável na percepção de segurança entre os residentes rurais, comprovando a eficácia das estratégias adotadas pela Patrulha Rural da 4ª CIPM.

3. METODOLOGIA

No que se refere a abordagem é uma pesquisa quantitativa que foca em medir e analisar dados numéricos e estatísticos (Mineiro *et al.*, 2022).

Essa integração permite uma análise mais rica e detalhada, oferecendo tanto a robustez das medições objetivas quanto a profundidade das interpretações subjetivas, resultando em uma visão mais abrangente e detalhada do objeto de estudo.

Quanto ao procedimento é uma pesquisa descritiva, que tem como objetivo principal detalhar as características e aspectos de um fenômeno específico, sem alterar ou manipular as variáveis envolvidas. Ela se concentra em observar e registrar com precisão as condições, propriedades ou comportamentos do objeto de estudo. Utilizando métodos quantitativos, esse tipo de pesquisa oferece uma visão clara e minuciosa do tema, ajudando a entender melhor o assunto e a gerar novas hipóteses ou teorias (Zamberlan, 2016).

Assim sendo, foi aplicado um questionário de 5 perguntas abertas para 2 policiais militares da 4ª CIPM do trabalho de Patrulha do Campo em Lagoa da Confusão com finalidade de compreender como acontecia o trabalho realizado pelos policiais militares. Para complementar as informações foram coletados dados de alguns artigos de delitos cometidos no Estado do Tocantins que foram apresentados em forma de gráficos para melhor compreensão.

Os critérios de inclusão foram: artigos publicados entre 2014 e 2024 e a aplicação do questionário para policiais militares. Os critérios de exclusão foram: artigos repetidos. As plataformas utilizadas foram: Google Acadêmico, SciELO, Periódicos CAPES e Repositório Lume.

3.1 Resultados e discussões

3.1.1 Questionário aplicado para os dois policiais militares da 4ª CIPM de Lagoa da Confusão

A primeira pergunta referia-se sobre: Qual era o principal objetivo da Patrulha do Campo durante seu trabalho? A patrulha do campo é fundamental para a preservação do meio ambiente e a manutenção da ordem nas zonas rurais. Nesse sentido:

> Entrevistado 1: Transmitir para os fazendeiros uma sensação de segurança quanto aos furtos e roubos de gados e maquinários e levar informação quanto aos procedimentos de segurança no campo.
>
> Entrevistado 2: Proporcionar segurança ao homem do campo por meio de nossa visita e presença.

Os entrevistados destacam a importância da patrulha do campo em proporcionar segurança aos fazendeiros, prevenindo furtos e roubos de gado e maquinário, além de informar sobre procedimentos de segurança. A presença regular da Patrulha do Campo traz tranquilidade aos trabalhadores rurais, reforçando a sensação de proteção e confiança na área.

A segunda pergunta foi sobre: Quais eram os desafios mais comuns enfrentados durante a Patrulha do Campo? Sabe-se que desafio sempre aparece em qualquer ocasião ou serviço, interagir com a comunidade local e lidar com questões de acesso e permissões pode ser desafiador, especialmente quando as expectativas e necessidades variam. Superar esses desafios exige habilidades adaptativas, planejamento eficaz e uma abordagem colaborativa (Araújo, 2021). Assim sendo:

> Entrevistado 1: Efetivo.
>
> Entrevistado 2: Os desafios incluíam o efetivo reduzido, composto por apenas três policiais para uma área tão extensa, e as condições precárias das estradas.

Diante disso, os entrevistados abordam a questão da eficácia da patrulha do campo, destacando o mesmo aspecto. Os entrevistados focam na importância do efetivo, ou seja, a quantidade de policiais disponíveis para realizar tal policiamento.

O segundo entrevistado, por sua vez, destaca as condições precárias das estradas como um obstáculo adicional para a efetividade do trabalho. Esses pontos mostram que, embora a presença da Patrulha do Campo seja crucial, há desafios logísticos significativos, como a quantidade de policiais e a infraestrutura, que afetam sua eficiência.

A terceira pergunta foi sobre: Quais eram as estratégias ou métodos utilizados para garantir a segurança nas áreas rurais durante a Patrulha do Campo? Para garantir a segurança durante a patrulha do campo em áreas rurais, é essencial um planejamento detalhado e o uso de equipamentos de proteção adequados. As estratégias e medidas são importantes para proteger os patrulheiros e assegurar a eficácia das operações, promovendo um ambiente seguro e eficiente (Brasil, 2023). Mediante isso:

> Entrevistado 1: Qualificação dos proprietários e das propriedades, deixávamos o telefone da polícia e algumas informações sobre segurança.
>
> Entrevistado 2: Variar os horários de visitas.

Assim sendo, os entrevistados abordam diferentes estratégias para aprimorar a segurança nas áreas rurais. O primeiro entrevistado sublinha a importância de orientar os proprietários, oferecendo-lhes informações práticas, como o número da polícia, para que possam relatar qualquer incidente. O segundo entrevistado enfatiza o uso de métodos variados, como realizar visitas em horários imprevisíveis, para melhorar a eficácia do trabalho e desestimular potenciais infratores. Essas estratégias têm como objetivo reforçar a segurança e a eficiência das Patrulhas do Campo.

A quarta pergunta foi sobre: Como a Patrulha do Campo contribuía para a prevenção e resolução de crimes na área rural? A patrulha do campo desempenha um papel crucial na prevenção e solução de crimes em áreas rurais ao manter uma presença constante que inibe atividades ilegais. Além disso, ao reunir informações relevantes e agir prontamente em situações de emergência, a patrulha ajuda a resolver crimes e a reforçar a segurança na comunidade (Tavares, 2017). Diante disso:

> Entrevistado 1: Policiamento ostensivo, deixava o número da viatura e deixava a polícia à disposição.

> Entrevistado 2: Por meio de grupos de uma rede compartilhada de monitoramento, era possível identificar e evitar crimes na região, graças à coleta e repasse de informações.

Os entrevistados apresentam diferentes métodos para aprimorar a segurança. O primeiro entrevistado destaca a importância do policiamento visível e da disponibilidade constante da polícia, fornecendo o número de contato das viaturas para facilitar a comunicação. O segundo entrevistado aponta o uso de uma rede compartilhada de monitoramento e a coleta de informações como estratégias para solucionar e prevenir crimes na região. Essas abordagens visam melhorar a resposta policial e a prevenção de incidentes através da interação direta com a comunidade e o uso de tecnologias de informação.

A quinta pergunta foi sobre: Em sua opinião, quais foram os principais impactos positivos e negativos da Patrulha do Campo nas comunidades rurais? Discutir sobre os impactos positivos e negativos são essenciais para compreender os benefícios que a patrulha do campo realiza na área rural (Brasil, 2023). Assim sendo:

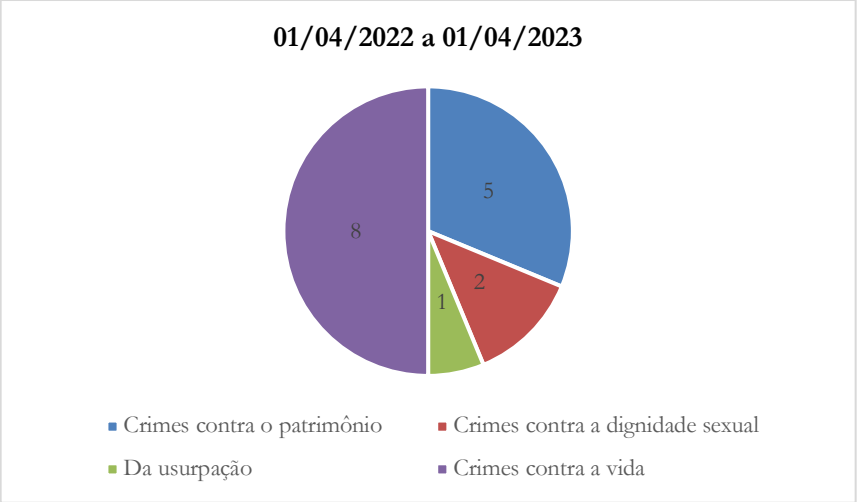
> Entrevistado 1:
>
> Positivo: Na época, havia muitos furtos e roubos de gado, mas após a implementação das medidas, esses crimes foram reduzidos a zero.
>
> Negativo: Falta de efetivo.
>
> Entrevistado 2:
>
> Positivos: Houve uma diminuição significativa de roubos e furtos em propriedades rurais.
>
> Negativos: O principal problema ocorreu quando não foi possível manter a Patrulha do Campo devido à falta de efetivo.

Os entrevistados avaliam os efeitos da Patrulha do Campo, apontando tanto resultados positivos quanto desafios. O primeiro entrevistado destaca que a implementação da patrulha conseguiu reduzir os roubos de gado a zero, o que foi um grande sucesso. No entanto, ele menciona a falta de policiais como um problema. O segundo entrevistado também observa a redução dos roubos e furtos nas propriedades rurais como um impacto positivo. Contudo, ele destaca que a principal dificuldade surgiu quando não foi possível manter a patrulha devido à insuficiência de efetivo. Assim, enquanto a patrulha trouxe melhorias significativas, a falta de pessoal comprometeu sua continuidade.

3.2 Delitos na zona rural na área da 4ª CIPM entre os anos de 2022 a 2024

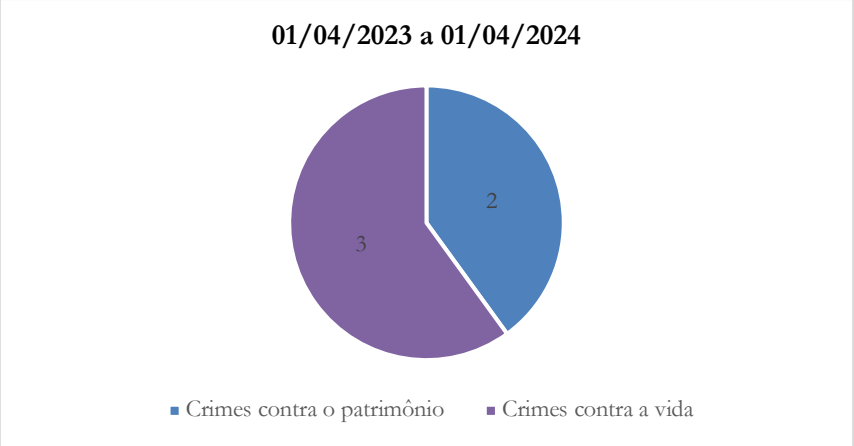
A Patrulha Rural foi implementada na área da 4ª CIPM em março de 2023. Nesse sentido, iremos analisar e comparar os índices de delitos cometidos na zona rural antes e após sua implementação na área.

Gráfico 1 – Delitos cometidos antes da implementação da Patrulha Rural



Fonte: Dados da pesquisa.

Gráfico 2 – Delitos cometidos após da implementação da Patrulha Rural



Fonte: Dados da pesquisa.

O Gráfico 1 apresenta dados sobre delitos ocorridos na área rural da 4ª CIPM antes da atuação da especializada. Foram registrados cinco crimes contra o patrimônio, que incluem roubo e furto de gado, distribuídos da seguinte forma: Fazenda Olho d'Água, no município de Santa Rita do Tocantins; Fazenda Cristo Rei, no município de Oliveira de Fátima; Fazenda Chapadinha, também em Santa Rita do Tocantins; Fazenda Buritirana, em Cristalândia; e na TO 255, no município de Lagoa da Confusão.

Além disso, foram registrados dois crimes contra a dignidade sexual, ambos na zona rural do município de Lagoa da Confusão. Um crime de invasão de propriedade ocorreu na Fazenda Cinco Estrelas, também na zona rural de Lagoa da Confusão.

Por fim, foram reportados oito crimes contra a vida, com a seguinte distribuição: quatro na zona rural de Lagoa da Confusão, dois em Santa Rita do Tocantins e os restantes nos municípios de Pium e Fátima do Tocantins.

O Gráfico 2 revela uma significativa diminuição nos crimes registrados após a atuação da Patrulha Rural na unidade, com alguns deles reduzidos a zero no período analisado, como é o caso dos crimes de usurpação e dos crimes contra a dignidade sexual. Durante o período em análise, foram registrados três crimes contra a vida, ocorrendo nas zonas rurais dos municípios de Pium, Cristalândia e Nova Rosalândia. Além disso, houve dois crimes contra o patrimônio na zona rural de Santa Rita do Tocantins.

Além de monitorar os roubos e furtos na área rural, a Patrulha Rural também realiza outras atividades que estão intrínsecos a esses dois fatores, como por exemplo: apreensão de drogas, infelizmente, muitos roubos acontecem para manter o consumo de drogas por parte do usuário, além de realização de prisões, reintegração de veículos recuperados e entre outros.

Os dados sugerem que as áreas rurais mencionadas em Tocantins sofreram um salto positivo quanto a diminuição dos delitos na área após o início dos trabalhos da especializada. Mas ainda assim, é essencial que medidas sejam tomadas para melhorar a segurança nessas áreas, incluindo a presença policial reforçada, programas de mediação de disputas de terra, e campanhas de conscientização para prevenir crimes sexuais e violência contra a vida. A segurança jurídica e a regularização fundiária podem também desempenhar um papel crucial na redução dos crimes de usurpação.

A seguir, iremos analisar a produtividade das Patrulhas Rurais em todo o Estado do Tocantins no ano de 2023.

Tabela 1 – Produtividade das Patrulhas Rurais de todo o Estado no ano de 2023

Item	Quantidade	Porcentagem
Armas apreendidas	55	0,05%
Armas apreendidas	55	0,05%
Animais recuperados	3	0,003%
Cadastros	1592	1,37%
Drogas apreendidas	111622	96,10%
Prisões realizadas	134	0,12%
Reintegração posse	14	0,01%
Veículos apreendidos	28	0,02%
Veículos recuperados	50	0,04%
Visita cidadã	2655	2,29%

Fonte: Coleta de informações realizadas por todas as Patrulhas Rurais do Estado.

A Tabela 1 mostra a produtividade da Patrulha Rural com atuação em todas as unidades do Estado do Tocantins, destacando as principais ações realizadas e suas porcentagens em relação ao total. A apreensão de drogas é a atividade predominante, representando 96,10% do total, indicando um foco significativo na luta contra o tráfico de drogas. Cadastros e visitas cidadãs também são notáveis, com 1,37% e 2,29%, respectivamente, refletindo esforços consideráveis em registro e engajamento comunitário.

Em contraste, a apreensão de armas e a recuperação de animais são muito menores, representando apenas 0,05% e 0,003% das atividades, o que sugere que esses casos são menos frequentes. Prisões realizadas, reintegração de posse, apreensão e recuperação de veículos são outras áreas de atuação, mas em proporções menores, com 0,12%, 0,01%, 0,02% e 0,04%, respectivamente.

Tabela 2 – Produtividade da Patrulha Rural da 4ª CIPM em 2023

Item	Quantidade	Porcentagem
Armas apreendidas	0	0%
Animais recuperados	0	0%
Cadastros	115	34,33%
Drogas apreendidas	0	0%
Prisões realizadas	1	0,30%
Reintegração posse	0	0%
Veículos apreendidos	3	0,90%
Veículos recuperados	1	0,30%
Visita cidadã	215	64,18%

Fonte: Coleta de informações realizadas por todas as Patrulhas Rurais do Estado.

A Tabela 2, percebe-se que, a maior parte das atividades está direcionada para visitas cidadãs, com uma quantidade significativa de cadastros. A apreensão de armas e drogas, bem como a reintegração de posse e apreensão de veículos, não são destacadas, sugerindo que essas áreas podem não ter sido tão prioritárias ou que os dados não estão disponíveis. As prisões realizadas e veículos recuperados indicam uma ação considerável em termos de segurança pública e recuperação de bens.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Patrulha Rural da Polícia Militar do Estado do Tocantins tem desempenhado um papel fundamental na proteção das áreas rurais, ajustando suas estratégias para atender às particularidades desses locais. A criação e a evolução dessa unidade especializada demonstram um forte compromisso com a segurança das comunidades rurais, que frequentemente enfrentam desafios devido à sua dispersão e à escassez de recursos. A integração de tecnologias avançadas, como o georreferenciamento, juntamente com a colaboração estreita com os moradores, é crucial para a eficácia das operações e para fortalecer a confiança mútua. Esses elementos são essenciais para criar um ambiente seguro e sustentável, promovendo o bem-estar e o desenvolvimento das zonas rurais.

O desenvolvimento histórico da Patrulha Rural reflete uma contínua adaptação e inovação para lidar com as demandas específicas da zona rural. A adoção de novas tecnologias e métodos, bem como a realização de treinamentos para os residentes, evidenciam uma abordagem proativa e preventiva essencial para a segurança pública. A capacidade da Patrulha Rural em realizar patrulhamentos regulares, fornecendo orientação à comunidade e estabelecendo canais de comunicação com os produtores demonstra a importância de uma presença policial constante e da construção de relacionamentos

positivos com a população. Este modelo não só combate ao crime, mas também fomenta um ambiente colaborativo e seguro.

A atuação da 4ª CIPM com a Patrulha Rural ilustra claramente o impacto positivo de uma abordagem especializada na redução da criminalidade e no aumento da segurança nas áreas rurais da região. A introdução da Patrulha Rural na 4ª CIPM, com seu foco em patrulhamento preventivo e ações repressivas, tem mostrado ser uma estratégia eficaz para reduzir delitos e promover a sensação de segurança entre os residentes nas áreas rurais da região. A participação em operações, como a Operação Canguçu e a Operação Cidade Blindada, entre outras, demonstra a habilidade dessa especializada em enfrentar desafios complexos e contribuir significativamente para a segurança regional.

O questionário aplicado foi fundamental para esclarecer a importância da Patrulha do Campo na época, proporcionando uma visão detalhada das operações, desafios e impactos de sua atuação nas zonas rurais. As respostas dos entrevistados destacam que a principal função dessa especializada é garantir segurança aos produtores e a todos que vivem nas zonas rurais, prevenindo furtos e roubos de gado e maquinário, além de educar os proprietários sobre procedimentos de segurança e trazer a Polícia Militar mais próxima ao homem do campo.

As estratégias mencionadas, como educar os proprietários e variar os horários das visitas, são essenciais para aumentar a eficácia do policiamento, ajudando a desestimular atividades criminosas e melhorar a comunicação entre a polícia e a comunidade rural. O policiamento ostensivo e a disponibilidade constante da polícia, junto com o uso das redes de comunicação para coletar informações, são métodos eficazes para prevenir e resolver crimes, melhorando a interação com a comunidade e utilizando tecnologias modernas para reforçar a segurança.

Os entrevistados apontam a redução significativa de furtos e roubos como um impacto positivo do trabalho realizado, mas a principal dificuldade é a falta de efetivo, que compromete a continuidade e a eficácia das operações. Essas informações são essenciais para entender os benefícios e limitações da Patrulha do Campo.

Os dados apresentados sobre os delitos antes e após a atuação da Patrulha Rural na área da 4ª CIPM são fundamentais para compreender a importância das atividades de segurança nessas regiões. A análise das ocorrências, como os roubos nas zonas rurais, evidencia que a natureza isolada das áreas rurais facilita a ação criminosa, tornando essencial a intensificação da vigilância. A Patrulha Rural não apenas monitora essas áreas, mas também realiza atividades adicionais, como apreensão de drogas e prisões, mostrando uma abordagem multifacetada para manter a segurança e a ordem.

Por fim, os gráficos e tabelas fornecem uma visão detalhada da produtividade e eficácia dessa unidade especializada ao longo dos anos, tanto em todo o Estado quanto em uma região específica, demonstrando que a atuação dessa unidade especializada é crucial para a produtividade da Polícia Militar do Estado do Tocantins no combate ao crime.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Alberto Gomes de. **Cultura, territorialização e territorialidade da Tropa de elite da Polícia Militar do Tocantins - CIOE - PMTO**. 2021. 179f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território, Araguaína, 2021. Disponível em: https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/4296. Acesso em: 05 jul. 2024.

BRASIL. Instrução Normativa nº 006/2023-PM1-EMG. Origem: PM/3 - 3a Seção EMG. SGD: 2023/09039/076104. Governo do Tocantins. inserido no BG No 169/2023, em 11 de set de 2023. Disponível em: https://sgd.to.gov.br/verificador/. Acesso em: 05/07/2024

DA COSTA, Leon Denis. Policiamento Rural: Patrulhas Rurais Comunitárias. **Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública**, v. 9, n. 2, 2016. Disponível em: https://openurl.ebsco.com/EPDB%3Agcd%3A3%3A7567603/detailv2?sid=ebsco%3Aplink%3Ascholar&id=ebsco%3Agcd%3A119491509&crl=c. Acesso em: 05 jul. 2024.

DE OLIVEIRA, Carlos Antônio Ferreira. Política de segurança pública para Propriedades rurais: estudo de caso da Patrulha Rural De Catalão/GO. **Rev. bras. segur. pública** | São Paulo v. 16, n. 3, 204-223, ago/set 2022. Disponível em: https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/1390. Acesso em: 05 jul. 2024.

EICH, D. L. Patrulha rural comunitária 4.0: uma análise dos índices criminais e repressivos em comparação com as visitas e cadastros no primeiro quinquemestre dos anos de 2023 e 2024. **Brazilian Journal of Development**, v. 10, n. 7, p. e71290, 2024. DOI: 10.34117/bjdv10n7-031. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/71290. Acesso em: 05 jul. 2024.

FERREIRA DE OLIVEIRA, Carlos Antonio; SILVA MEDINA, Gabriel da. Roubos e furtos contra propriedades rurais em cristalina/go: análise sobre os bens subtraídos, as perdas patrimoniais e as circunstâncias dos fatos. **Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública**, v. 15, n. 1, 2022. Disponível em: https://openurl.ebsco.com/EPDB%3Agcd%3A16%3A7567696/detailv2?sid=ebsco%3Aplink%3Ascholar&id=ebsco%3Agcd%3A158553472&crl=c. Acesso em: 05 jul. 2024.

GUIMARÃES, Augusto Cezar Silva et al. Georreferenciamento como ferramenta para o policiamento rural. **DELOS: Desarrollo Local Sostenible**, v. 17, n. 56, p. e1528-e1528, 2024. Disponível em: https://ojs.revistadelos.com/ojs/index.php/delos/article/view/1528. Acesso em: 05 jul. 2024.

KONZEN, I. G. do N. C. *et al.* Patrulha rural georreferenciada como estratégia de gestão em segurança pública. **Revista de Gestão e Secretariado**, V. 14, n. 6, p. 9493–9521, 2023. DOI: 10.7769/gesec.v14i6.2312. Disponível em: https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/2312. Acesso em: 05 jul. 2024.

MINEIRO, Márcia *et al.* Pesquisa qualitativa e quantitativa: imbricação de múltiplos e complexos fatores das abordagens investigativas. **Revista Momento – diálogos em educação**, E-ISSN2316-3100, v. 31, n. 03, p. 201-218, set./dez.,2022.

Prefeitura da Lagoa da Confusão. Portão da transparência. 2015. Disponível em: https://www.lagoadaconfusao.to.gov.br/. Acesso em: 05 jul. 2024.

REDAÇÃO**.** Polícia Militar Prende Autores De Roubo Realizado Na Zona Rural De Pium. Agencia Tocantins. 2024. Disponível em: https://www.agenciatocantins.com.br/noticia/80341/policia-militar-prende-autores-de-roubo-realizado-na-zona-rural-de-pium. Acesso em: 05 jul. 2024.

ROLDÃO, Vinicius Melo. Patrulha rural georreferenciada com fundamento na filosofia de polícia comunitária. **Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública**, v. 11, n. 2, 2018. Disponível em: https://openurl.ebsco.com/EPDB%3Agcd%3A13%3A7567645/detailv2?sid=ebsco%3Aplink%3Ascholar&id=ebsco%3Agcd%3A138449935&crl=c. Acesso em: 05 jul. 2024.

SANTOS, Andressa. **Patrulha Rural da PM reduz índice de criminalidade no campo**. Policia Militar do Tocantins. 2021. Disponível em: https://www.to.gov.br/pm/noticias/patrulha-rural-da-pm-reduz-indice-de-criminalidade-no-campo/a7qrf317i1o. Acesso em: 05 jul. 2024.

SOBRINHO, Cléber José Borges *et al*. Tomada de cidades como afronta à segurança pública: proposição estratégica preventiva às organizações criminosas no estado do Tocantins. **Entrepreneurship**, v. 7, n. 1, p. 35-45, 2023. Disponível em: http://www.sustenere.inf.br/index.php/entrepreneurship/article/view/8123. Acesso em: 05 jul. 2024.

TAVARES, Lara. **Policiamento de patrulha rural da PM reduz índices de roubos e furtos em Lagoa da Confusão**. Policia Militar do Tocantins. 2017. Disponível em: https://www.to.gov.br/pm/noticias/policiamento-de-patrulha-rural-da-pm-reduz-indices-de-roubos-e-furtos-em-lagoa-da-confusao/90w3tvtocxn. Acesso em: 05 jul. 2024.

ZAMBERLAN, Luciano. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas**. Editora Unijuí, 2016.